



## **O DEBATE SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: a produção científica da categoria**

LUCIANO, Christiane dos Santos

### **RESUMO:**

O presente trabalho é um recorte da pesquisa cujos resultados foram sistematizados no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social e centra-se na discussão sobre a produção da temática de gênero e feminismo no Serviço Social Brasileiro. Para tanto, realizou-se levantamento dos programas de pós-graduação em serviço social, política social e/ou políticas públicas, para identificar os periódicos científicos vinculados a estes programas. Os artigos foram selecionados a partir dos descritores “gênero e feminismo”, no período compreendido entre 2015 e 2018. Por fim, realizou-se análise do conteúdo exposto nos artigos, tomando como norteadoras as categorias gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social. Com base nas discussões identificadas acerca do movimento feminista, defendemos o feminismo socialista com caráter antirracista como tática de luta para a emancipação das mulheres e de todos os seres humanos.

**Palavras-chave:** Gênero; Feminismo; Trabalho; Serviço Social.

### **1. INTRODUÇÃO**

No decorrer da história da humanidade a luta feminista busca denunciar e superar a exploração e dominação das mulheres nos diversos âmbitos da vida. É verdade que há alguns avanços conquistados nesta direção, porém, em pleno século XXI ainda não se pode dizer que a estrutura que sustenta esta opressão tenha sido modificada e, menos ainda, superada. O patriarcado, aqui entendido a partir da concepção de Saffioti (2004) como um sistema de dominação-exploração, um caso específico das relações de gênero, no qual as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, apesar de ter sofrido alterações ao longo dos séculos, continua constituindo as relações nas sociedades de classes.

No âmbito da formação profissional em Serviço Social, faz-se indispensável o estudo acerca da exploração e dominação das mulheres, uma vez que o seu surgimento, inserido na divisão social e técnica do trabalho se desdobra em uma profissão feminina. A maioria dos(as) usuários(as) atendidos(as) pelo serviço social no seu cotidiano profissional é composta por mulheres e uma intervenção em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, dentre eles a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p.24) necessita de subsídios teórico-metodológicos,



técnico-operativos e ético-políticos que embasem este exercício profissional.

Situada a relevância da discussão, este artigo tem por objetivo identificar as tendências do debate sobre gênero e feminismo no interior da profissão, a partir da produção acadêmica expressa nas publicações veiculadas nos periódicos vinculados a programas de pós-graduação em Serviço Social do Brasil, no período compreendido entre 2015 e 2018.

A produção ora apresentada é resultado parcial de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de natureza qualitativa, realizada por ocasião da elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, além de promover o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Já a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Inicialmente foram identificados todos os programas de pós-graduação em Serviço Social, Política Social e/ou Políticas Públicas do Brasil. Segundo o Relatório da Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, há 32 programas nessas áreas, dos quais 17 possuem periódicos disponíveis em sua versão online (CAPES, 2017).

Em seguida, considerando a periodicidade da pesquisa, realizou-se busca em cada um dos periódicos que compuseram a amostra, utilizando-se a combinação dos descritores “gênero AND feminismo”. A partir deste procedimento foram localizados 18 artigos.

Por fim, realizou-se a leitura destes artigos direcionada a algumas categorias consideradas centrais para o debate, a saber: gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social.

Transcorridos mais de quatro anos após deliberação nacional em Assembleia da ABEPSS (2014), que aprovou, por unanimidade, a diretriz de inclusão de uma disciplina curricular obrigatória nos currículos dos cursos de Serviço Social que aborde a temática das relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidade, esta pesquisa teve por objetivo analisar se a produção teórica acerca da temática tem expressado a introdução ou o crescimento do debate no Serviço Social brasileiro, a partir de publicações nos periódicos mantidos por programas de pós-graduação da área. Embora entenda-se essa deliberação nacional como fundamental para avançar na formação profissional crítica dos(as) assistentes sociais, considera-se importante que a discussão sobre a temática tenha



uma orientação clara, pois os estudos sobre classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração possuem uma diversidade de orientações teórico-metodológicas que refletem em posicionamentos políticos.

Não se trata aqui de negar o pluralismo importante e salutar no espaço da formação e do trabalho profissional, uma vez que a sua garantia consiste em um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos(as) assistentes sociais (CFESS, 2012), mas compreende-se que pluralismo não significa ecletismo, ou seja, assimilação acrítica de diversas expressões teóricas. A despeito da existência de perspectivas divergentes, é necessário posicionar-se dentro deste debate com vistas à construção de uma sociabilidade sem divisão de classes e na qual as relações sejam estabelecidas sem dominação e exploração de gênero/sexo e raça/etnia.

Como resultado parcial da pesquisa, este trabalho procura trazer a análise de 18 artigos encontrados, considerando as categorias acima mencionadas e buscando apreender as tendências teórico-políticas reveladas a partir dos debates propostos pelos(as) autores(as).

Por último, são apresentadas algumas considerações finais nas quais reiteramos aspectos problematizados na análise realizada a partir dos dados coletados no percurso do estudo, bem como indicamos algumas questões com o objetivo de suscitar a continuidade do debate sobre o tema<sup>1</sup>.

## **2. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO E FEMINISMO NO INTERIOR DA CATEGORIA:** o debate sobre interseccionalidade versus consubstancialidade como tentativa de articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social

De maneira geral, no interior do debate acerca da relação entre as categorias de gênero/sexo, raça/etnia e classe social, identificamos em autoras como Cisne (2015), Cisne e Oliveira (2017), Cisne, Castro e Oliveira (2018) e Tenorio (2017) a defesa da perspectiva de consubstancialidade-coextensividade expressa em afirmações como a de que “[...] as classes não são homogêneas, mas atravessadas ou mesmo constituídas pelas relações sociais de sexo, raça/etnia” (CISNE, 2015, p. 143).

---

<sup>1</sup> O referido Trabalho de Conclusão de Curso, realizado sob orientação do Prof. Dr. Jaime Hillesheim foi organizado conforme a seguinte estrutura: 1. Introdução, 2. Situando o atual debate sobre as relações de gênero e feminismo, 3. A produção científica sobre gênero e feminismo no interior da categoria: identificando tendências e divergências e 4. Considerações Finais. Devido aos limites deste artigo, entretanto, o conteúdo ora apresentado refere-se às discussões efetuadas no capítulo 3.



Cisne (2015) concebe a sociedade capitalista como uma sociedade capitalista-patriarcal-racista e medularmente desigual, num movimento de demarcar que o capitalismo se apropria das desigualdades previamente estabelecidas pelo patriarcado e pelo racismo e,

[...] as conduz para a sua dinâmica de exploração sobre a força de trabalho, ampliando o contingente humano disponível para os mais baixos salários e trabalho precários e, por conseguinte, aumenta sua capacidade de exploração associada a essas apropriações (CISNE, 2015, p. 145).

Uma outra perspectiva assumida para tratar da articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social é a da interseccionalidade. Nessa direção, Rosa e Silva (2015) assumem tal perspectiva ao analisar a representação de imagens nos livros didáticos de física e constatar a não presença de figuras de homens e mulheres negros/as realizando atividades no âmbito científico.

Dionísio e Sugawara (2018) mencionam a relevância do surgimento da perspectiva interseccional juntamente com a organização do movimento feminista negro a partir da década de 80. Em concordância com esta perspectiva e a partir de análise das obras da artista brasileira Rosana Paulino realizam discussão sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira.

Freitas *et al.* (2018) compreendem que as mulheres e os homens fazem a sua história a partir de condições concretas e que se deve levar em conta que estas são atravessadas pelas dimensões de gênero, raça, classe social, cultura, geração, entre outras. Dentre elas, abordam especificamente a dimensão de gênero, porém enfatizam o avanço da discussão acerca das demais categorias na produção científica no período entre 1990 e 2000. As autoras destacam a interseccionalidade como importante ferramenta de análise e de luta política e, baseando-se em Lisboa (2010) constataam a dificuldade da articulação entre o Serviço Social e os estudos de gênero e os feminismos, defendendo a posição de que,

[...] ao se incorporar a teoria marxiana, a profissão priorizou o enfoque de classe, desconsiderando, muitas vezes, a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (FREITAS *et al.*, 2018, p.241).

Martins (2018), por sua vez, defende as perspectivas interseccionais como uma análise capaz de captar as múltiplas dimensões das desigualdades e Rocha (2016) compreende a interseccionalidade como estratégia para a implementação de políticas públicas.

Merece destaque, ainda, o fato de que identificamos em publicações como a de



Nascimento (2018) a não utilização das categorias interseccionalidade ou consubstancialidade para tratar de gênero/sexo, raça/etnia e classe social, mas a defesa da concepção de Saffioti acerca da simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo e a compreensão de que as desigualdades de classe, raça/etnia e sexo sustentam a acumulação capitalista desde o seu primórdio.

Ferreira (2018), por sua vez, realiza essa discussão quando se refere à sub-representação de mulheres e negros nos espaços políticos brasileiros e quando afirma que a condição de subalternização das mulheres atinge principalmente as mulheres negras e pobres. Da mesma forma, Pessoa e Borges (2018) não adotam nenhuma das duas perspectivas supracitadas ao analisar a relação entre as categorias de gênero/sexo, raça/etnia e classe social, porém afirmam que “os determinantes das desigualdades entre os sexos podem se somar a outros fatores, como no caso das discriminações raciais ou por distribuição de renda” (PESSOA; BORGES, 2018, p.549).

Em síntese, observou-se que as categorias raça/etnia e classe social não assumem a mesma centralidade da categoria gênero na maioria das produções. Por sua vez, os autores que realizam essa articulação se dividem entre a perspectiva de consubstancialidade-coextensividade, de interseccionalidade, relacionada essencialmente ao movimento feminista negro e ao debate das políticas públicas específicas e de simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. Outras produções, ainda, fazem menção às relações entre gênero, raça/etnia e classe, porém sem reivindicar nenhuma das abordagens supracitadas.

Entendemos que o debate feito com base numa “apartação” das dimensões da realidade que dizem respeito à classe, gênero, etnia e raça e construído no âmbito acadêmico, por certo, revela posicionamentos teóricos e políticos. Contudo, do ponto de vista ontológico, essas dimensões são indissociáveis, exigindo, do ponto de vista da apropriação da realidade, uma perspectiva de totalidade, na qual essas múltiplas dimensões se relacionam reciprocamente. Assim como não é possível discutir classe, desconsiderando as dimensões de gênero e raça/etnia não se pode analisar as questões relativas às relações de gênero descoladas das dimensões de classe e raça/etnia, nem realizar uma reflexão rigorosa sobre as questões étnico-raciais sem levar em conta as suas imbricações com as dimensões de classe e gênero.

Além das questões até aqui suscitadas, nossas reflexões revelam muito da assertiva



que expusemos no próprio TCC que constata, de maneira geral, que a categoria trabalho não figura como central na discussão realizada acerca de gênero e feminismo. Da mesma forma, a discussão das categorias raça/etnia e classe social em articulação com o gênero não estiveram presentes na maioria dos artigos.

A articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social, quando se apresenta, aparece através das categorias interseccionalidade, consubstancialidade, ou, ainda, sem estar relacionada a nenhuma dessas perspectivas, mas à concepção de simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo.

Consideramos que há certa hegemonia da concepção de que o movimento feminista não pode ser caracterizado como homogêneo, sendo necessário identificar, no seu interior, as diferentes orientações teóricas e políticas existentes. Apesar dessa concordância expressa pela maioria das autoras, identificamos duas abordagens distintas no que concerne à interpretação dessas diferentes posições no interior dos estudos de gênero e feminismo.

De um lado, existe o posicionamento de que a pluralidade de matrizes teóricas e políticas fundamentam a interlocução e aceitação de diferentes perspectivas sobre a mesma questão. Segundo essa concepção, deve-se apreender as relações de gênero e o movimento feminista a partir de diversas e, até mesmo, distintas, lentes analíticas, sem fechar-se em uma posição. Esse posicionamento acarreta na não identificação, por parte da maioria dos(as) autores(as), do tipo de feminismo e da perspectiva teórica acerca das relações de gênero que assumem em suas produções.

De outro lado, evidencia-se que o pluralismo no interior do debate é salutar e necessário, existindo exatamente em decorrência das distintas concepções filosóficas acerca da realidade social e da história, porém, apesar de reconhecer que tais divergências estão postas no campo do teórico e político, reivindica-se a necessidade de estabelecer um posicionamento claro no interior dessa pluralidade. Nessa perspectiva, com a qual concordamos nesta pesquisa, entende-se que a assimilação acrítica de visões de mundo, por vezes conflitantes, não contribui para o real desvelamento da realidade que se deseja compreender e que o estudo das relações de gênero e do feminismo necessita de um posicionamento teórico e político claro se tiver por objetivo a construção de táticas de superação das condições de exploração e de dominação as quais estão submetidas às mulheres.

Cabe destacar, ainda, que apesar da maioria dos(as) autores(as) destacarem a



existência da pluralidade de perspectivas no interior do movimento feminista e dos estudos sobre as relações de gênero, poucos discorrem de forma mais aprofundada acerca dessas diferenças, nomeando os feminismos existentes.

Outra divergência localizada no processo de análise dos artigos diz respeito à utilização da categoria patriarcado. Enquanto alguns autores a utilizam em articulação com gênero, outros utilizam sexismo e machismo em detrimento de patriarcado para explicar a estrutura que conforma a condição de opressão das mulheres e há ainda a indicação de cautela no uso da categoria patriarcado por ocultar outras categorias fundamentais como classe social e raça/etnia.

No que diz respeito ao uso do conceito de gênero, identifica-se como posição majoritária entre os(as) autores(as) sua reivindicação como categoria capaz de apreender os papéis desempenhados por homens e mulheres como construções sociais. Num pólo oposto, identifica-se a posição de que essa categoria pode promover uma hierarquização entre as mulheres e, ainda, a posição de utilização da categoria relações sociais de sexo em detrimento de gênero.

A discussão sobre o capitalismo - sua estrutura e dinâmica - também não está presente na maioria das produções. Enquanto poucos autores desenvolvem sobre a relação entre a opressão de gênero/sexo e de raça/etnia com o movimento da forma social capitalista e apontam para sua superação como condição essencial da emancipação das mulheres, outros(as) autores(as) não apenas não vinculam a opressão das mulheres à estrutura da sociedade capitalista, como também concebem a emancipação das mulheres nos limites dessa mesma ordem societária, através de sua representação política e independência econômica e da reconfiguração da divisão de trabalho entre homens e mulheres no âmbito doméstico.

Outra observação diz respeito à relevância dos estudos sobre gênero e feminismo para o serviço social, discussão realizada em apenas dois dos 18 artigos analisados. No interior da discussão sobre feminismo, localiza-se outro embate. Enquanto um dos posicionamentos defendidos preconiza a não centralidade do sujeito mulher para a luta feminista, em razão dos diferentes sujeitos que podem ser invisibilizados por tal centralidade, de outro lado existe a posição, com a qual concordamos, de que essa deve ser a centralidade dos estudos de gênero e das pautas do movimento feminista justamente porque a centralidade das relações de gênero foi historicamente construída em torno das categorias homem e mulher. É a realidade que indica que esta perspectiva é adequada e



sua mera negação no campo teórico não produz mudança na realidade. Tal posicionamento considera, ainda, que a centralidade no sujeito mulher não automaticamente invisibiliza outros sujeitos, com distintas identidades de gênero.

Observou-se, ainda, que de maneira geral a discussão teórica sobre as categorias gênero e patriarcado não figura como central nos artigos analisados, mas visando fornecer subsídio para discussões acerca de outros temas como a violência contra a mulher, o feminicídio, as políticas públicas e sociais e o Estado. Para este fim são discutidas outras categorias como maternidade, feminilização da pobreza, familização, autonomia, poder, empoderamento, representatividade, ideologia, família, consciência, alienação e democracia.

Por fim, outro embate que aparece diz respeito à utilização do materialismo histórico dialético como perspectiva teórico-metodológica para análise das relações de gênero. Enquanto um campo afirma que a incorporação do marxismo acarreta no privilegiamento da categoria classe social em detrimento de outras como raça/etnia, sexualidade e identidade, outro campo, com o qual concordamos, posiciona-se em defesa da utilização do método para o estudo das relações de gênero, não com uma orientação dogmática (o que já se afasta da própria perspectiva teórico-metodológica proposta por Marx), mas na perspectiva de apreensão da realidade social em sua totalidade, levando em conta também suas singularidades.

Nesse sentido, pensamos que o método crítico-dialético se apresenta como um importante instrumento ou mediação para a apreensão da realidade social. E, sendo assim, também em relação às questões de gênero e feministas é essa perspectiva que permite compreender suas conexões com as múltiplas determinações da realidade. Nesse diapasão, defendemos que as lutas parciais não excluem (ou não devem fazê-lo) outras dimensões constitutivas do ser social. É preciso, portanto, combater a falácia de que o debate de classe anula as dimensões de gênero e raça/etnia. Esse discurso reforça a reivindicação de uma “pseudociência” que se arvora da neutralidade e da imparcialidade na produção do conhecimento exatamente para encobrir as contradições da sociedade regida pela propriedade privada e pela apropriação do valor produzido por meio da exploração da força de trabalho.



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social brasileiro surge nos marcos da divisão social e técnica do trabalho e, ainda, no interior da divisão sexual do trabalho se configura como uma profissão feminina. As relações estruturais de gênero/sexo, raça/etnia e classe social caracterizam a população majoritariamente atendida pelo serviço social como feminina, trabalhadora e negra. Além disso, a intervenção profissional dos(as) assistentes sociais carrega a potencialidade de intervir na dinâmica da reprodução das relações sociais e da própria força de trabalho, portanto, a compreensão filosófica de mundo e o posicionamento político dos(as) assistentes sociais acerca da realidade acarretam na orientação impressa ao exercício profissional. É nesse sentido que afirmamos a relevância e necessidade do estudo das relações de gênero e do feminismo para a formação em serviço social.

Além de compreender a temática como fundamental no processo de formação dos(as) assistentes sociais, defendemos, neste trabalho, que uma orientação teórico- metodológica e ético-política clara seja amalgamada a esse processo. Para tanto, elencamos as categorias que julgamos centrais para o estudo da temática acerca das relações de gênero e do feminismo numa perspectiva crítica, a saber: gênero/sexo e patriarcado, feminismo, trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social.

Identificamos que tal debate tem ganhado destaque no interior da categoria a partir da criação, no ano de 2010, do Grupo Temático de Pesquisa sobre gênero, raça/etnia, geração e sexualidade. Destacamos, nesse ínterim, a deliberação pela Abepss, no ano de 2014, pela inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório que aborde a temática nos currículos dos cursos de serviço social do Brasil. Tal deliberação resultou do acúmulo propiciado pelas discussões levantadas pelo GTP.

De acordo com o movimento efetuado pela categoria profissional na direção da ampliação do debate acerca das relações de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade é que elaboramos esta pesquisa com intuito de contribuir para o mapeamento acerca do conteúdo que a categoria vem discutindo no que concerne ao recorte de gênero e feminismo. A partir da análise dos artigos publicados nos periódicos vinculados a programas de pós-graduação em serviço social, política social e políticas públicas de todo o país, no período compreendido entre 2015 a 2018, algumas considerações puderam ser tecidas.

Num comparativo entre os anos de 2015 e 2018, as publicações acerca de gênero e feminismo cresceram 140%. A despeito desse crescimento, as publicações ficaram



concentradas nas regionais Leste, Sul I e Norte – para seguir a divisão do território usada pela Abepss - e nesse quadriênio não foram identificadas nenhuma produção acerca da temática nas regionais Nordeste, Sul II e Centro-oeste, o que expressa que o debate não tem sido estabelecido de maneira homogênea regionalmente. Cabe destacar, ainda, que, num comparativo com o montante de publicações indexadas apenas sob o descritor gênero, as produções que combinam gênero e feminismo ainda são insuficientes. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de ampliação da discussão das relações de gênero em articulação com o debate sobre feminismo na produção científica dos(as) assistentes sociais.

No que diz respeito às categorias que elencamos como centrais para o debate, a análise do conteúdo dos artigos selecionados permitiu observar que as categorias trabalho e a articulação entre gênero/sexo, raça/etnia e classe social (seja ela sob a concepção de interseccionalidade, consubstancialidade-coextensividade ou simbiose) não são tomadas como centrais para o debate, aparecendo em poucas publicações. Poucas também são as produções que utilizam a categoria gênero e patriarcado de maneira articulada, prevalecendo a redução de uma categoria à outra. Já o debate sobre feminismo é realizado, majoritariamente, destacando-se que existem, no seu interior, diferentes vertentes teóricas e políticas, porém a maioria dos(as) autores(as) não realiza defesa explícita da matriz teórica considerada mais adequada para o estudo das relações de gênero nem da vertente feminista capaz de desenvolver táticas de superação da condição de dominação e exploração das mulheres, restringindo-se a afirmações acerca da necessidade de interlocução e diálogo entre as diferentes perspectivas existentes.

É nesse âmbito que julgamos importante reforçar nosso posicionamento em defesa do método materialista histórico-dialético como aquele capaz de apreender a dinâmica das relações de gênero, bem como o feminismo socialista como tática em direção à estratégia não só da emancipação das mulheres, como também de todos os seres humanos. Além de socialista, defendemos uma perspectiva feminista antirracista, compreendendo que somente através da superação da dominação e exploração de gênero/sexo, raça/etnia e classe social é que as relações humanas poderão se estabelecer de forma igualitária e livre. Reconhecendo os limites deste trabalho, apontamos a necessidade da continuidade do estudo acerca dos posicionamentos que vêm sendo expressos no interior da categoria profissional, com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e à formação crítica dos assistentes sociais brasileiros.



## REFERÊNCIAS

CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017: Serviço Social**. Brasília: Capes, 2017. 72 p. Disponível em: [http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2/Servico%20Social\\_relatorio%20de%20avaliacao%20quadrienal%202017\\_final.pdf?attredirects=0&d=1](http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2/Servico%20Social_relatorio%20de%20avaliacao%20quadrienal%202017_final.pdf?attredirects=0&d=1). Acesso em: 13 jun. 2019.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília: Cfess, 2012. 60 p. Disponível em: [http://cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 13 jun. 2019.

CISNE, Mirla. Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres: Uma Luta Contra a Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p.138-154, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Aborto Inseguro: Um Retrato Patriarcal e Racializado da Pobreza das Mulheres. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.452-470, set./dez. 2018.. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p452>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CISNE, Mirla; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Violência Contra a Mulher e a Lei Maria da Penha: Desafios na Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista do Estado Brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 20, n. 1, p.77-96, jul./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2017v20n1p77>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32465>. Acesso em: 13 jun. 2019.

DIONÍSIO, Gustavo; SUGAWARA, Gisele. Rosana Paulino: arte, crítica, subjetividade. **Gênero**, Niterói, v. 19, n. 1, p.148-167 jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/1193>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FERREIRA, Maria Mary. Sub-representação das mulheres no Brasil: um debate sob a ótica do feminismo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p.775-792, 2018. Número especial da VIII Joinpp. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9814/5768>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FREITAS, Rita et al. História do Serviço Social: resgatando uma história de mulheres. **Revista Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p.228-246, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39427>. Acesso em: 13 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo. 4 edição. Editora



Atlas, 2002. 175 p

MARTINS, Barby de Bittencourt. Mundo do trabalho, gênero e políticas públicas: o papel do feminismo estatal nessa relação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 2, p.1121-1138, jul./dez. 2018. Disponível em:  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10582/6212>. Acesso em: 13 jun. 2019.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Feminismo em tempos de barbárie: as mulheres e o desafio na reinvenção da organização política. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p.831-849, 2018. Número especial da VIII Joinpp. Disponível em:  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9818/5772>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PESSOA, Mayara Lustosa Silva; BORGES, Josefa Lusitânia de Jesus. Questões e Tensões: Alguns Paradoxos do Feminismo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.544-553, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p544>. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p544>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, p.313-322, 2016. Número especial da VII Joinpp. Disponível em:  
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982/3616>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe Gomes da. Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de Física. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p.83-104, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/747>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p. (Coleção Brasil Urgente).

TENORIO, Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p.61-74, jan./abr. 2017. Disponível em:  
<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13670>. Acesso em: 13 jun.2019.